



**A QUESTÃO
INDÍGENA —
UMA LUTA
DESIGUAL**





ISAAC COSTA DE SOUZA
RONALDO LIDÓRIO
[Organizadores]

A QUESTÃO INDÍGENA — UMA LUTA DESIGUAL

Missões, manipulação
e sacerdócio acadêmico



Editora Ultimato
Viçosa, MG



A QUESTÃO INDÍGENA: UMA LUTA DESIGUAL
Categoria: Ética / Liderança / Missões

Copyright © 2008, Editora Ultimato
Todos os direitos reservados

Primeira edição: Outubro de 2008
Coodenação editorial: Bernadete Ribeiro
Revisão: Heloisa Wey Neves Lima
Capa: Caio Campana
Foto da capa: Valter Campanato / ABr

Ficha Catalográfica Preparada pela Seção de Catalogação
e Classificação da Biblioteca Central da UFV

Q5
2008

A questão indígena — uma luta desigual: missões,
manipulação e sacerdócio acadêmico / Isaac Costa de Souza,
Ronaldo Lidório [organizadores]. – Viçosa, MG :
Ultimato, 2008.
240p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7779-023-4

1. Índios da América do Sul – Brasil – Influências
tendenciosas. 2. Índios da América do Sul – Brasil –
Relações com o governo. I. Souza, Isaac Costa de, 1956-.
II. Lidório, Ronaldo, 1966-.

CDD. 22.ed. 980.41

PUBLICADO NO BRASIL COM AUTORIZAÇÃO E COM TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

EDITORA ULTIMATO LTDA
Caixa Postal 43
36570-000 Viçosa, MG
Telefone: 31 3611-8500
Fax: 31 3891-1557
www.ultimato.com.br

Sumário

Apresentação	7
Introdução: o evangelho e a cultura indígena	9
1. Do sacerdócio acadêmico à orgia nas selvas <i>Isaac Costa de Souza</i>	17
2. Identidade e diferença <i>Isaac Costa de Souza</i>	39
3. Autonomia indígena e escolha de rumos <i>Eli Leão Catachunga (Ticuna)</i>	53
4. Linguística — da revitalização cultural à missão integral <i>Cácio Silva</i>	67
5. Etno-alfabetização e dignidade no alto Rio Negro <i>Marcelo Carvalho</i>	89
6. Transmissão do conhecimento e o processo de educação entre os Kayapó do Brasil <i>Isabel Murphy</i>	109
7. Os direitos humanos e as práticas tradicionais <i>Maira de Paula Barreto</i>	121
8. Diversidade cultural e direitos humanos <i>Ana Keila Mosca Pinezi</i>	135
9. Por uma sobriedade autóctone <i>Lenita Assis</i>	153
10. A bebida “nossa” de cada dia — um depoimento <i>Leonizia Gama Firmo</i>	171
11. Não há morte sem dor <i>Ronaldo Lidório</i>	177



12. A mensagem de salvação num contexto animista <i>Norval Oliveira da Silva</i>	191
13. O evangelho e a sobrevivência cultural <i>Ronaldo Lidório</i>	209
14. Movimento de conciliação indígena — CONPLEI <i>Henrique Terena</i>	213
Notas	218
Bibliografia	231





Apresentação

Entender a questão indígena no contexto de transição entre o mundo moderno e o pós-moderno é um desafio acadêmico, sociopolítico, emocional e espiritual. Para compreendê-la, é necessário acionar esforços racionais, humanitários e pessoais. Contudo, ironicamente, as respostas não estão nas iniciativas fragmentadas de acadêmicos burocratas confortáveis em suas salas com ar-condicionado; nem nas visitas esporádicas de políticos, governamentais ou não-governamentais, promotores de projetos sociais; nem na opinião de pessoas bem intencionadas (ou não) de centros urbanos ou de núcleos rurais; nem no investimento metafísico que visualiza o indígena apenas como uma alma a ser salva, sem perceber o ser integral que ele é. Na realidade, as respostas mais acertadas parecem advir do investimento integrado das áreas acadêmica, sociopolítica, emocional-pessoal e espiritual.

Este livro foi escrito por autores cujo envolvimento com a questão indígena abarca, de maneira integrada, essas diferentes áreas. Entre eles há indígenas, que conhecem não apenas sua própria condição étnica, mas também a situação de várias outras etnias no Brasil e até mesmo em outros países. Os capítulos refletem sobre os construtos e ações acadêmicas promovidas contra as iniciativas missionárias em áreas indígenas, a identidade e cidadania do indígena como ser apto para fazer suas opções em meio às diversas forças, muitas vezes contraditórias, apresentadas pelo mundo circundante; os aspectos culturais conflitantes,

como o “infanticídio”, em um contexto de sociedades em contato; o valor da evangelização e da presença missionária entre as populações indígenas; o livramento que o evangelho traz em situação de desconforto resultante do uso de bebida destilada; e a estatística, atualizada, dos grupos com presença e ausência missionária.

No Brasil do século 16, havia mais de 1,5 milhão de indígenas. Hoje eles somam pouco mais de 350 mil aldeados e pouco mais de 350 mil em centros urbanos. A subtração numérica encobre uma realidade cruel, que vai além da estatística fria e se processa como a história de muitos agrupamentos humanos, envolvendo sofrimento, deslocamento forçado, separações, humilhação, descaracterização social, cultural, lingüística e psicológica, manipulações, perdas e mortes. Os perigos que rondam os povos indígenas hoje não diferem substancialmente daqueles do passado, apenas mudam de intensidade e feição, dependendo de cada situação. O lingüista Aryon Rodrigues estima que perdemos, nos últimos 500 anos, cerca de 85% da diversidade lingüística nas sociedades indígenas brasileiras.

O evangelho, por vezes acusado de ser fonte de agressão cultural, mostra-se, de fato, como um instrumento de libertação de muitos indígenas e suas comunidades. Sob a experiência de um cristianismo bíblico, muitas etnias têm conhecido Jesus Cristo e, com isto, restaurado sua sociedade e sua auto-estima, fortalecendo sua cidadania e esperança para continuar a lutar e a viver.

Com *A Questão Indígena – Uma Luta Desigual*, esperamos contribuir para a compreensão da questão indígena em nosso país. Certamente, ainda há muito a se ouvir, a se discutir e a se fazer.

Isaac Souza
Ronaldo Lidório
Organizadores



Introdução

O evangelho e a cultura indígena

A simples presença missionária entre povos indígenas suscita em alguns um sentimento de rejeição, que advém de um emaranhado de impressões e fatos históricos em relação à atuação missionária indígena desde a colonização, relembrando uma Igreja que estava a serviço dos interesses políticos, imperialistas e colonizadores. Em outros o sentimento é de suspeição, sob o pressuposto de que qualquer atuação missionária é nociva à preservação cultural indígena. Nesse contexto, desejamos expor fatos sociais, culturais e históricos que mostram com clareza que a presença missionária evangélica entre povos indígenas hoje colabora com a preservação lingüística e cultural dos povos do Brasil, além de participar do despertar do indígena, que busca seu lugar em nosso país.

A presente realidade cultural indígena e os processos de mudança social

Tornou-se rotineira a veiculação de notícias sobre indígenas brasileiros ingressando em cursos superiores, formando-se advogados, enfermeiros, ambientalistas, entre muitas outras profissões, galgando novos patamares de protagonismo, empreendedorismo e agenciamento na sociedade nacional. Alguns grupos

e indivíduos participam ativamente da economia local e até internacional. Cada vez em maior número e força as sociedades indígenas e seus indivíduos influenciam ativamente a política local, desejando ansiosamente participar da construção de leis e atividades que são de seu interesse e os afetam diretamente. Em algumas regiões do Brasil a participação indígena pode mudar os rumos das eleições municipais. Muitos indígenas podem usufruir dos benefícios sociais garantidos constitucionalmente, oferecidos pelas três instâncias da administração nacional. Do governo federal vêm auxílios e bolsas, tais como Salário-Maternidade, Bolsa Família, aposentadorias e salários, além das atividades praticadas pelos dois órgãos federais de auxílio ao indígena: a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Funasa (Fundação Nacional da Saúde). Dos governos estaduais e municipais vêm projetos desenvolvimentistas, apoio para projetos locais, além da educação e saúde, operacionalizados na esfera municipal. O universo indígena brasileiro está em franca transformação social por diversos motivos, e poucas etnias continuam alheias a este processo. Os motivos são muito menos religiosos (evangelização) e muito mais sociais e políticos. O poder de influência e atração da sociedade brasileira não indígena, bem como as políticas públicas do governo provendo educação, saúde e bem-estar, geram nas etnias indígenas expectativas cada vez mais associadas ao universo não indígena. Qualquer contato, seja motivado pelo interesse econômico, político, governamental ou religioso, pode ser potencialmente revolucionário para as sociedades indígenas.

É fácil constatar tal realidade de transformação sociocultural e dissociá-la das ações missionárias, em grande parte. Basta observar as vastas áreas indígenas sem presença missionária onde tais processos de transformação transcorrem com grande velocidade, sempre atrelados à atração que pequenos vilarejos e cidades exercem sobre os povos indígenas ou às políticas públicas

que se propõem a levar bem-estar e, conseqüentemente, conduzem padrões socioculturais alienígenas ao universo indígena. Não são poucas as etnias que têm migrado do interior da mata para a beira dos grandes rios a fim de terem acesso ao escambo promovido por barcos-comércios, bem como à educação e saúde em pólos mais próximos aos centros urbanos ou em urbanização. À medida que o indígena se aproxima de um contexto distinto e urbanizado, ele se insere em um ambiente onde é facilmente discriminado por não se adequar às exigências sociais locais. Isso gera um misto de frustração em relação ao meio e anseio por encontrar uma medida de concordância entre ser índio e ao mesmo tempo poder ser respeitado e usufruir do novo que julga bom. Esse estado de transição em que a maior parte das etnias brasileiras se encontra é, certamente, um dos problemas mais graves e complexos, e não há resposta fácil. Há iniciativas integracionistas, outras preservacionistas e ainda as que segregam socialmente os indígenas. Porém todas concordam que a presente realidade de transição é complexa e com graves conseqüências culturais para os povos do Brasil. Junto a isso está o fato de que se lida, no Brasil e em toda a América do Sul, com uma vasta diversidade lingüística e cultural entre os grupos indígenas. O próprio termo *indígena* é resultado de nosso simplismo ao imaginarmos um grupo homogêneo, com anseios e necessidades semelhantes, ao passo que as mais de 250 etnias indígenas brasileiras formam um universo pulverizado e heterogêneo, lingüística, cultural e socialmente.

Se por um lado estes processos nos preocupam, por outro devem nos levar a refletir sobre as escolhas iniciadas pela maioria dos grupos indígenas, o que buscam e quais são seus anseios. Os principais teóricos da antropologia afirmaram, em maior ou menor escala, o pressuposto das mudanças culturais. Para muitos deles, a mudança cultural é um fenômeno natural e previsível, um processo inerente à dinâmica essencial das culturas

humanas, e pode ocorrer como reações e reajustes endógenos e/ou por motivações exógenas, geralmente advindas do contato intercultural, marcadas ou não por pressões e imposições externas. Portanto, as trocas interculturais são um processo comum e importante na medida em que alargam os horizontes da compreensão humana, as possibilidades de atuação econômica e produtiva, e possibilitam que os membros de uma sociedade repensem sua organização social, seus tabus, interditos e preconceitos, e revejam seu *modus vivendi*. A história humana é repleta de exemplos de grupos humanos que cresceram, progrediram e multiplicaram-se após ajustes sociais advindos de mudanças culturais, motivadas quer pela reflexão interna e endógena, quer pelo contato com indivíduos de outras sociedades. A dinâmica cultural é um dado fundamental para toda sociedade e um sinal de que a cultura está viva e gozando de plena saúde. Tal fato nos faz pensar sobre a postura do mundo não indígena concernente ao respeito às escolhas, decisões e questionamentos do indígena.

A cultura e o evangelho

Nenhum elemento externo jamais deve ser imposto a uma cultura. Toda imposição pressupõe carência de respeito humano e cultural, além de grave erro na construção do diálogo. Assim, a catequese histórica e impositiva, bem como qualquer outro elemento que force a mudanças não desejadas, mesmo em áreas como educação, saúde e subsistência, devem ser duramente criticadas.

Por outro lado, é também respeito cultural conceder ao indígena o direito de realizar escolhas, voluntárias e desejadas, dentro de seu próprio bojo cultural. Para o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira a mudança é possível se percebida sua necessidade e deve ser processada no interior de uma comunidade intercultural de argumentação.¹ Ele se

baseia no etnodesenvolvimento, que no Pacto de San José (1981) é “o fortalecimento da capacidade autônoma de decisão de uma sociedade culturalmente diferenciada para orientar seu próprio desenvolvimento e o exercício da autodeterminação”.

O antropólogo Paulo Rouanet expõe que “o homem não pode viver fora da cultura, mas ela não é seu destino, e sim um meio para sua liberdade. Levar a sério a cultura não significa sacralizá-la e sim permitir que a exigência de problematização inerente à comunicação que se dá na cultura se desenvolva até o *telos* do descentramento”.² Este argumento nos leva a compreender que conflitos como a morte, o sofrimento, a discriminação ou a repressão são universais. E perante estes conflitos podemos compartilhar a mútua experimentação na busca de soluções internas.

As mudanças culturais, em lugar de causar rápida rejeição, devem ser observadas de forma mais íntegra, ou seja, se tais mudanças são voluntárias e desejadas. Embora seja cultural, o machismo, na América Latina, é atacado e limitado por políticas públicas que vêem neste elemento cultural um dano ao próprio homem e sociedade. O jeitinho brasileiro, que patrocina a corrupção e tolerância de pequenos delitos, apesar de ser resultante de elementos também culturais, não deixa de ser compreendido como nocivo ao homem. Como tal, não é aceito pela sociedade como desculpa para a continuidade de práticas danosas à vida. O mesmo poderíamos falar a respeito do racismo. Nestes três casos a universalidade ética é evocada e aceita de forma geral pela sociedade e os direitos humanos são reconhecidos. Por que não no caso de elementos culturais nocivos à vida, em contexto indígena?

O fato é que a aproximação e o conhecimento do evangelho e valores bíblico-cristãos contribuem para uma reflexão interna em algumas sociedades indígenas e geram mudanças voluntárias e desejadas. Se as culturas são móveis e mutáveis, por que as

mudanças provocadas a partir do conhecimento dos valores cristãos e do evangelho despertam tantas e tão violentas reações quando se trata de culturas indígenas?

Quando as motivações missionárias em sua relação com as sociedades indígenas são questionadas, há de se notar clara discriminação. Há iniciativas particulares e governamentais nas sociedades indígenas conduzidas pelas mais diversas motivações, como a política, financeira e humanista. A iniciativa missionária evangélica possui como principal motivação valores cristãos como o amor ao próximo, a solidariedade humana e o evangelho. Devido a isto, é freqüentemente discriminada, como se a motivação religiosa fosse menos digna que a política. Precisamos rever nossos pressupostos.

Há grave diferença entre a catequese e a evangelização. Todo cristão sincero e convicto de sua fé tem ou deveria ter o desejo de compartilhar aquilo que tem de mais precioso em seu ser e sua cultura, ou seja, a sua fé e as verdades do evangelho, uma baseada e construtora da outra. Tal compartilhar, num ambiente em que é desejado pelo receptor, não oprime a cultura, antes promove diálogo e reflexão.

Esta evangelização difere da catequese em relação ao *conteúdo*, *abordagem* e *comunicação*. O conteúdo da catequese é a Igreja, com seus símbolos, estrutura e práticas, sua eclesiologia. O conteúdo da evangelização é o evangelho, os valores cristãos centrados em Jesus Cristo. A abordagem da catequese é impositiva e coercitiva; a da evangelização é dialógica e expositiva. A catequese se comunica a partir dos códigos do transmissor, sua língua e seus costumes, importando e enraizando valores. A evangelização se dá com a utilização dos códigos do receptor, sua língua, cultura e ambiente, respeitando os valores locais e contextualizando a mensagem.

A influência intencional do movimento missionário evangélico orientado pela AMTB (Associação de Missões Transculturais

Brasileiras) possui alvos de forte colaboração com a preservação cultural, social e lingüística das sociedades indígenas de nosso País, tais como:

- Contribuir para que o indígena valorize e permaneça em sua terra natal, evitando migrações tempestivas e de conseqüência social negativa para as margens dos grandes rios, centros em urbanização ou urbanizados.

- Colaborar para que haja um bom programa de educação na própria língua materna do indígena, valorizando-a e possibilitando que seus fatos históricos e sociais sejam por eles registrados, preservados e transmitidos neste contexto de rápida influência social externa, que não raramente invalida o valor da língua materna para um grupo.

- Colaborar para que haja programas em áreas vitais, como a saúde, que respondam às necessidades essenciais dos grupos indígenas.

- Contribuir para que, em processos já em andamento de integração com a sociedade não indígena, os mecanismos de valorização étnica, cultural e lingüística sejam observados a fim de que o grupo não seja diluído perante a sociedade maior. Também colaborar com o grupo em sua busca por uma convivência digna com outros, quando fora da sua terra natal.

Em uma observação imparcial, destituída de pressupostos discriminatórios quanto à evangelização, perceberíamos que diversas sociedades indígenas que mantêm um relacionamento mais próximo com missionários evangélicos valorizam mais sua própria cultura e língua do que no passado.

Cácio Silva
Cassiano Luz
Edward M. Luz
Ronaldo Lidório



1.

Do sacerdócio acadêmico à orgia nas selvas

A (falta de) ética para com os povos indígenas

ISAAC COSTA DE SOUZA

Ao Carlos Siqueira (*in memoriam*)

Neste capítulo tentaremos esclarecer a problemática que envolve a atuação dos missionários evangélicos em áreas indígenas. Como texto apologético, incluirá discordâncias. Porém, como diz Moacir Gadotti, em seu livro *Educação e Compromisso*, “As divergências não implicam desrespeito às pessoas. Ao contrário, divergir e manter o respeito manifesta um elevado grau de civilização, o qual todos nós almejamos alcançar”. Tariq Ramadan, em artigo publicado na revista *Veja* de 15 de fevereiro de 2006, intitulado “Chega de destruição”, afirma: “Um mundo melhor seria aquele em que todos nós, sendo razoáveis, escutássemos uns aos outros e não tentássemos impor aos outros o nosso senso de humor”.

Acusações

As missões evangélicas que atuam entre os povos indígenas no Brasil, principalmente as estrangeiras, começaram a ser colocadas sob suspeita a partir do final da década de 70. Algumas

dessas suspeitas perduram até hoje. As acusações incluíram: ensino da língua inglesa aos indígenas em vez do português,¹ exercício de contrabando mineral,² espionagem,³ internacionalização da Amazônia,⁴ promoção de discórdia dentro de aldeamentos indígenas,⁵ prática de genocídio,⁶ prática de etnocídio,⁷ exercício de biopirataria⁸ e abordagem sexual imprópria.⁹ Vejamos o que está por trás dessas suspeitas e acusações.

Fatos e artefatos

A história da ciência tem demonstrado que o cientista, perante a opinião pública, se transformou numa espécie de mito, tornando-se assim inquestionável. Muitos consideravam que os especialistas chegavam às suas conclusões através de uma pretensa neutralidade científica diante dos fatos estudados. Alguns estudiosos se aproveitaram desse *locus* privilegiado para emitirem suas críticas às organizações evangélicas missionárias.¹⁰ No entanto, os argumentos não são autônomos, e sim dependentes de seus autores e/ou enunciadores. Para o teórico cultural Stuart Hall, um sujeito fala sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica. No caso dos acusadores, o *locus* histórico e cultural específico é de antagonismo ideológico em relação às organizações evangélicas missionárias, que por eles são estigmatizadas.¹¹

Portanto, os discursos emitidos são sempre de oposição. Porém, a leitura de um discurso não é a leitura do que aconteceu, mas daquilo que se disse que aconteceu. Um discurso pode revelar ou velar (encobrir) algo, distorcer e dissimular, expor ou esconder, afirmar que algo é de um jeito ou que é exatamente o contrário. Nesse sentido, um discurso pode ser verdadeiro ou falso. No primeiro caso, ele desvela o ente de que fala; no segundo, ele o recobre, substituindo-o por algo que o ente não é.

Em relação à própria ciência, ao descrever um “objeto”, uma teoria, de certo modo, inventa-o. O objeto que a teoria

supostamente descreve é, efetivamente, produto de sua criação Tomaz Tadeu da Silva, em *Documentos de Identidade*, afirma que “a existência do objeto é inseparável da trama lingüística que supostamente o descreve”.¹² Assim, a pretensa descrição é, efetivamente, uma criação. Ele explica que “a teoria está envolvida num processo circular: ela descreve como uma descoberta algo que ela própria criou”.¹³ Cada construto científico tem em sua base um interesse; o homem tem interesse “em” antes de ter conhecimento “de”. Rubem Alves, em *Conversas com quem Gosta de Ensinar*, afirma: “Todo pensamento sai do nosso ventre como o fio da teia. Cada teoria é um acessório da biografia, cada ciência um braço do interesse”.¹⁴ Dessa forma, não há conhecimento objetivo nem ciência neutra. As acusações às missões, portanto, não são gratuitas, pois estão impregnadas da carga histórico-cultural-ideológica ou biográfica de cada acusador. O psicanalista alerta também que “freqüentemente o discurso ideológico é um mascaramento dos valores que realmente revelam os nossos investimentos emocionais, os únicos que conduzem à ação”.¹⁵

Daí poder-se concluir que os revestimentos científicos utilizados pelos acusadores são encobridores de investimentos não-científicos. As trajetórias de vida pessoais e coletivas, bem como os valores e crenças se encontram subterrâneos, clandestinos, sorrateiros e camuflados nos não-ditos e nas entrelinhas dos trabalhos acadêmicos.¹⁶ Desta forma, é preciso estar atento para a diferença entre fatos e artefatos, acontecimentos e relatos produzidos pelos acusadores. Em outras palavras, é necessário suspeitar das próprias suspeitas por eles levantadas. Em *A Educação Contra a Educação*, Moacir Gadotti afirma que “um trabalho de pesquisa determinado por um ‘ponto de vista’ teria já encontrado, de algum modo, o que pretende encontrar”.¹⁷ Parece ser esse o caso das análises sobre a atuação das agências missionárias nas aldeias. O ponto de partida “científico”, antes de qualquer

averiguação, já considera o missionário culpado em suas atividades em área indígena. Por isso, como regra geral, Robin Wright considera inadequadas as avaliações do esforço missionário até agora efetivadas.¹⁸ A propósito, Wright não é missionário, e sim professor universitário.¹⁹

Um artefato utilizado até agora pelos interessados na questão indígena é considerar que o conhecido Cândido Mariano da Silva Rondon, fundador do Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, e defensor intransigente dos indígenas, era apenas um adepto do positivismo. Alguns pesquisadores e indigenistas chegam a criticar Rondon por esse tipo de adoção. Todavia, resumem a crítica a uma adesão puramente filosófica, camuflando que essa adoção era, na realidade, religiosa. Rondon considerava Augusto Comte, pai do positivismo, como “o grande regenerador”. Era leitor do catecismo positivista, catequista e membro da igreja desta religião no Rio de Janeiro. Embora já casado no catolicismo, teve seu matrimônio realizado, no dia 8 de janeiro de 1903, na igreja positivista, onde apresentou seus filhos, seguindo os rituais de uma instituição eclesiástica qualquer. Em outras palavras, o que moveu Rondon em seu esforço indigenista não foi uma adesão meramente filosófica, mas de caráter religioso.²⁰

Manobra ilegítima

De acordo com Brian Swimme, “As ciências se mostraram eficientes em suas formulações mecanicistas e, assim, se entrincheiraram no mecanicismo”.²¹ Para o filósofo alemão Jürgen Habermas, a racionalização é uma camuflagem a serviço da dominação, através da técnica e da ciência.²² Moacir Gadotti, em *A Educação contra a Educação*, afirma: “Assim, a técnica e a ciência substituem as antigas tradições encarregadas, até o presente, de legitimar a dominação, desempenhando o papel da ideologia”.²³ Alguns acadêmicos nacionais tentaram impor o conhecimento